



40
for
2/5/2012

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA REALIZADA EM VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS:-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mortágua.-----

-----Depois de saudar todos os presentes, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, passando de imediato à conferência da presença dos Membros, verificando-se que faltaram à presente sessão:-----

-----O Membro Daniel José Cruz Conde de Matos, eleito pelo PS, apresentou justificação de falta, por escrito, à presente sessão, e foi substituído, nos termos dos artigos 7º. e 10º. do Regimento da Assembleia Municipal, por Pedro Filipe Matos Martins, que se encontrava presente.-----

-----O Membro Ana Rita Nobre dos Santos, eleita pelo Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua apresentou justificação de falta, por escrito, à presente sessão, e foi substituído, nos termos dos artigos 7º. e 10º. do Regimento da Assembleia Municipal, por Susana Margarida Ferreira Antunes, que se encontrava presente.-----

-----O Membro Artur Afonso Ramos, eleito pelo Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua apresentou justificação de falta, por escrito, à presente sessão, e, nos termos dos artigos 7º. e 10º. do Regimento da Assembleia Municipal, foram convocados respetiva e sucessivamente, Andreia Sofia Ferreira Rodrigues, Hugo Filipe Simões Gomes, que comunicaram a sua indisponibilidade, e Ângela Margarida Martins que estava presente na sessão.-----

-----Membro José António dos Santos e Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Espinho, informou que não poderia estar presente fazendo-se substituir pela Secretária daquela Junta de Freguesia, Eugénia Maria da Silva Mira, que se encontrava presente, sendo por conseguinte convidado a participar nos Trabalhos da presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----O Presidente da Assembleia informou que nos termos da alínea j), do nº.1 do artigo 18º. do Regimento a Mesa considerou justificadas as faltas do membros.-----

-----Assim, iniciou-se de seguida a apreciação e discussão da Ordem de Trabalhos, com a consecução do Período de Antes da Ordem do Dia:-----

-----**PONTO UM: Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois:-----**

-----Foi dispensada a leitura da ata uma vez que a mesma foi enviada a todos os membros



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

assim colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade, a ata da sessão ordinária realizada vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois.-----

-----Conforme dispõe o nº. 3, do artigo 34º., do Código do Procedimento Administrativo, devido ao facto de não terem estado presentes naquela sessão, não participaram na votação da ata os Membros Isabel de Matos, Eugénia Maria da Silva Mira, Susana Margarida Ferreira Antunes e Ângela Margarida Martins, devido ao facto de não terem estado presentes naquela sessão.-----

----- **PONTO DOIS: Leitura do Expediente:** -----

-----O Presidente da Assembleia acusou a receção:-----

-----Acusou a receção, em 21/03/2022, do ofício referência 141, da Embaixada da Federação da Rússia em Portugal, de resposta à Moção aprovada na sessão de 25/02/2022 e enviada por esta Assembleia Municipal a ocupação militar Rússia ao território da Ucrânia, e através do qual dá conhecimento da Declaração daquela Embaixada divulgada a 9 de março de 2022, que fica arquivada na pasta de documentos da presente sessão, e em síntese que afirma que a Rússia continua exercer uma operação militar especial com o objetivo de desmilitarizar e desnazificar a Ucrânia tomando todas medidas para preservar vidas e segurança dos civis. As instalações militares são alvos exclusivos de ataques realizados com armas de alta precisão. -----

-----Diariamente são testemunhos de ondas de notícias falsas sem precedentes, factos distorcidos e fabricados que visam desacreditar a ação da Rússia.-----

-----Por tal facto tem recebido muitas queixas da comunidade Russa residente em Portugal sobre a sua perseguição e discriminação, por simplesmente serem russos, pelo que já empreenderam, junto com as autoridades portuguesas, no sentido de diligenciar e garantir a segurança e preservar os interesses legítimos da diáspora russa.-----

-----O Presidente da Assembleia referiu que a declaração que tinha acabado de ler é que continha factos falsos, perante as notícias publicadas diariamente por todas as televisões do mundo não restavam dúvidas que a operação militar da Rússia, a cada dia que passa, destrói na totalidade as cidades nevrálgicas da Ucrânia, independentemente do tipo de instalações civis ou militares, é ultrajante e repudiante a ação da Rússia à Ucrânia-----

-----Além do mais Portugal é dos países que ao longo da sua história tem recebido comunidades de todos os pontos do mundo integrando-os, sem exercer qualquer tipo de perseguição o discriminação, independentemente das ações do Governo do seu País de origem pelo que é difícil acreditar o contrário.-----

-----Acusou também a receção o ofício da Associação Morpatudos, datado de 4/04/20222, e



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

a solicitar esclarecimentos sobre a alteração feita por este Executivo ao uso do espaço, que lhe foi cedido, conforme Protocolo celebrado, no Centro de Recolha instalado junto ao Estaleiro Municipal, e que veio limitar o desenvolvimento normal da sua atividade, de resgate e acolher animais abandonados e errantes, em situação de risco ou sofrimento, nomeadamente reabilitação de cães, uma vez que não podem usufruir de todas as áreas daquele equipamento.-----

-----O Presidente da Assembleia questionou qual o motivo que tinha originado a decisão da alteração do uso pela Morputados do espaço do canil em relação ao anteriormente acordado, tinha conhecimento de alguma falta de comunicação da funcionária afeta aquele serviço, mas a situação deveria ser revista e ultrapassada considerando o bom trabalho que aquela Associação fazia em todo o Concelho em prol do bem estar dos animais .-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que também tinha sido enviado para a Câmara Municipal um ofício do mesmo teor e que já tinha agendado uma reunião com a direção da Morpatudos para o dia 2 de maio próximo para tratamento do assunto em causa e outros.----

----No entanto informou que a Câmara tinha instalado um CRO – Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia – Canil/Gatil de responsabilidade Municipal, nos termos da Lei e existia colisão com as competências e atribuídas ao Município referentes CRO, cujo permanência dos animais é de caráter temporário, e os objetivos do desenvolvimento da atividade da Morpatudos uma vez que os animais que não são adotados permanecem sob o cuidado da associação.-----

----Porém de forma a que se possa honrar os compromissos assumidos haverá por parte da câmara boa vontade e dialogo para que se arranje uma alternativa para a manutenção da coexistência da Morpatudos em Mortágua.-----

-----Procedeu à leitura da comunicação que foi entregue na Mesa pelo Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua, em que informa, nos termos dos nºs 1 e 2 artigo 23º. Do Regimento da Assembleia Municipal de Mortágua, conjugado com o artigo 46-B da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, que os Membros eleitos daquele Grupo na Assembleia Municipal sejam considerados como Grupo Municipal Renovar Mortágua, com seguinte Direção:-----

-----Marília de Abreu Ferreira Melo de Sousa – Presidente; Tiago Jorge Mira Mendes –Vice Presidente; Manuel Marques Pereira – Vice Presidente.-----

-----O Presidente da Assembleia acusou de seguida a receção do ofício referência - 0013/22 CL, datado de 13 de abril, de Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas S.A a remeter em resultado do seu trabalho de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

auditoria às contas de 31 de dezembro de 2021 do Município de Mortágua, a Certificação Legal das Contas, Parecer do Auditor Externo e Relatório de Auditoria.-----

----Por último deu conhecimento do Despacho da Mesa da Assembleia Municipal, datado de 21 de abril de 2022, em que, na sequência do ofício referência ofício referência 849, datado de 21/04/2022, do Senhor Presidente da Câmara a solicitar a inclusão dos pontos na Ordem de Trabalhos da presente sessão, determinou admitir as propostas para apreciação e eventual aprovação deste Órgão.-----

----**PONTO TRÊS: Outros assuntos de interesse para o Município:**-----

----Solicitados, pelo Presidente da Assembleia, os membros a pronunciarem-se sobre assuntos de inserção neste ponto, e após o período de inscrição realizado nos termos do Regimento:-----

----O Membro Marília de Abreu Ferreira Melo de Sousa fez a seguinte intervenção:-----

----“Senhor Presidente da Assembleia Municipal; Senhores Secretários; Senhor Presidente da Câmara Municipal; Senhores Vereadores; Senhores Deputados e demais presentes:-----

----No seguimento da minha última intervenção nesta Assembleia questionando e alertando para a situação da termoelétrica junto à aldeia do Freixo, aldeia que diariamente é inundada com cinzas, questiono se já teve lugar a reunião com o diretor da termoelétrica e responsável da Altri e se sim qual o resultado da mesma e sobretudo é premente saber se foram tomadas medidas práticas para evitar que estas nuvens de cinzas, continuem a planar sobre as nossas terras.-----

---Relativamente a este ponto do nosso concelho, nomeadamente a N.º.228 e no seguimento das obras efetuadas pela E-Redes, questiono também senhor Presidente, se tem este executivo informação de quando é que será repostos o piso neste traçado, uma vez que nos parece que os estaleiros que aí existiram, já foram removidos e facto é que o piso tal como se encontra atualmente consubstancia um risco enorme para quem aí circula diariamente. -----

----Ainda relativamente a este troço de estrada venho alertar para a situação dos peões que diariamente circulam naquela estrada entre a zona industrial e a Vila de Mortágua. Não têm estes peões faixas de circulação ou passeios que permitam a sua deslocação em segurança. Como bem sabem a maioria deles trabalha em horários rotativos alguns saindo às 10 e 11 da noite, outros entrando às 6 e 7 da manhã, o que em muito dificulta a visibilidade dos peões pondo em risco a as suas próprias vidas e de quem aí circula diariamente.-----

-----Questionamos assim, se tem este executivo algum projeto eventualmente inserido no plano de acessibilidade que está a ser elaborado para o concelho de Mortágua para este troço, possa ser circulável também para peões de forma segura.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Por fim senhor Presidente voltamos a trazer a este debate o problema das ETAR's que continua a ser um problema ambiental para o nosso concelho. Bem sabemos que solucionado não poderá estar pelo pouco tempo que decorreu desde a vossa tomada de posse, mas certamente alguma solução ao projeto da solução já deverá a estar a ser equacionado dado a gravidade e a urgência da situação”.-----

-----De seguida interveio o Membro Ângela Margarida Martins fez a intervenção do seguinte teor, depois de saudar todos os presentes:-----

-----“Como sei que esta cara é desconhecida ou vagamente conhecida por muitos de vós. O meu nome é Ângela, tenho 19 anos, vivo numa das aldeias mais esquecidas/desertificadas do concelho, as Paredes. No entanto, atualmente, a minha vida tem-se dividido entre Mortágua e a cidade universitária localizada no sopé da Serra da Estrela (Covilhã), onde estudo Cinema. -----

-----Esta pequena apresentação está inteiramente relacionada com a data que se assinalou na passada segunda-feira, o 25 de abril, o dia da Liberdade, o dia que pôs fim à ditadura do Estado Novo, o dia que há 48 anos pôs fim a um período de quase 48 anos de ditadura (iniciado após o Golpe de Estado de 28 de Maio de 1926). -----

----- Caso o Golpe de Estado, encabeçado por Salgueiro Maia e Otelo Saraiva de Carvalho, não tivesse sido bem sucedido, tenho a certeza que hoje não estaria aqui, a substituir um membro desta assembleia. Não estaria aqui por ser pessoa jovem que deseja inovar mas principalmente por ser mulher; -----

-----Provavelmente nesta altura não estaria a estudar uma das coisas que mais gosto, a sétima arte, que era censurada ao mínimo pormenor tanto na camada fílmica, como no próprio associativismo, como os cineclubes; muito provavelmente nem sequer teria oportunidade de saber ler ou escrever. Infelizmente, estou certa que atualmente estaria a cuidar dos hipotéticos filhos enquanto realizava inúmeras tarefas domésticas sem qualquer colaboração do meu cônjuge ao qual seria submissa. -----

-----Graças ao 25 de abril, posso dizer que vivo em liberdade.-----

-----Mas há que garantir que muitas das promessas de Abril não ficam pelo caminho como o direito a habitação para todos, a um serviço de saúde universal e gratuito e a um sistema de ensino gratuito e de qualidade, só cumprindo com todos estes elementos é que todos poderemos ser verdadeiramente livres. -----

-----É de lembrar que esta data, apesar de ser comemorada anualmente, deve ser recordada todos os dias e deverá estar presente em todas as nossas ações, uma vez que, a liberdade é algo que não podemos tomar como garantida, deve ser conquistada todos os dias.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Especialmente nós, que graças à democracia aqui estamos, temos o dever de em todas as nossas tomadas de posição ter o melhor para todos como foco principal. Ser eleito em democracia não é para defender os interesses dos nossos grupos de influência mas sim para fazer o melhor para o maior número de pessoas possível.-----

-----Estamos hoje há mais dias em democracia do que aqueles que foram passados em ditadura, trabalhemos todos juntos para que assim continue.-----

----- “Só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação, só há liberdade a sério quando houver, liberdade de mudar e decidir, quando pertencer ao povo o que o povo produzir. Sérgio Godinho”.-----

-----25 de Abril Sempre!!-----

-----O Membro Nelson António Rodrigues Filipe usou da palavra para referir para congratular a Câmara pelo facto que desde o passado dia 29 de dezembro entrou em funcionamento, no concelho de Mortágua, a segunda fase do serviço de Transporte Flexível a Pedido, um projeto promovido pela CIM-Região de Coimbra e Municípios aderentes (Mortágua é um deles), que visa proporcionar uma solução de mobilidade para as populações, e em especial para as que vivem mais afastadas da sede do concelho, onde estão instalados os principais serviços públicos (Centro de Saúde, Segurança Social, Finanças), além de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que são únicos, como os Bancos, os Correios, o Mercado, entre outros.-----

-----São abrangidas por esta rede de transporte 32 povoações do Concelho, distribuídas por 6 rotas.-----

-----Foi ainda criada uma rota dedicada, de sentido único, abrangendo 59 lugares do concelho, com partida às 13 horas do centro da Vila (Praça de Táxis) para qualquer um desses lugares de origem. Na prática, esta rota específica permite que as pessoas possam regressar a casa à hora do almoço. Desta forma, com as seis rotas criadas, todo o concelho passa a ser servido pela rede de transporte flexível a pedido.-----

-----Este serviço é muito simples, prático e económico, uma vez que os utilizadores que recorram a este tipo de serviço pagam um valor de viagem mais reduzido, sendo o restante suportado pelo Município. Por outro lado, o serviço permite dar uma melhor resposta às necessidades de deslocação das pessoas, disponibilizando horários mais compatíveis com as suas necessidades diárias.-----

-----No entanto, entende que é necessário fazer uma grande ação de divulgação, informação junto aos locais de embarque deste serviço, para que as pessoas conheçam e estejam



Handwritten signature and initials.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

esclarecidas sobre a existência e as vantagens do mesmo, sob pena que pode ser descontinuado caso tenha uma diminuta utilização.-----

----De seguida usou a palavra o Membro Celso Gomes Portugal Rosa para fazer uma intervenção alusiva ao 25 de abril de 1974:-----

----“48 anos depois do 25 de Abril, para a grande maioria dos portugueses, não restam dúvidas acerca dos benefícios que daí advieram em quase todas as áreas da nossa Sociedade.-----

----Desde logo, o Regime Democrático, com a redacção e aprovação de uma nova Constituição da República, que fixou e afirmou a liberdade como pedra basilar de um novo Portugal.-----

----Também a democratização do ensino, permitindo a todos os alunos igualdade de oportunidades no prosseguimento dos seus estudos, com a criação de muitos mais estabelecimentos de Ensino Básico, Secundário e Superior.-----

----Também a criação do Serviço Nacional de Saúde, novos hospitais e Segurança Social para todas as pessoas.-----

----Também a construção de estradas, pontes e barragens e electricidade em todas as vilas e aldeias do País.-----

----Também a implementação de um salário mínimo e férias de carácter obrigatório, e um horário, que permite aos trabalhadores usufruírem de algum do seu tempo para o lazer e para a família.-----

----Poderia continuar por mais tempo a elencar tudo o que de bom nos deu o 25 de Abril de 1974, que, com toda a certeza, algo ainda ficaria por referir.-----

----No entanto, neste Portugal em que a Democracia custou tanto a conquistar, e nessa luta foram perseguidos, presos e torturados milhares de portugueses inocentes, existem ainda alguns que teimam em regressar ao passado, com ideias de extrema direita a raiar o fascismo.

----A esse propósito fui consultar uma página numa rede social bastante conhecida, que tem um título bastante sugestivo:-----

----“ Antigamente é que era bom”, copiei alguns textos que irei ler.-----

----Este, diz respeito aos favores que pediam ao Salazar. Quando se diz que os políticos do antigamente eram muitos sérios....-----

----“Os pobres pediam-lhe dinheiro e casas, mas as elites (médicos, engenheiros, deputados juízes, militares, empresários, padres e condes, queriam colocações em bancos, aumentos, cargos e comendas. Durante 36 anos, o ditador acedeu a centenas de cunhas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Eis o padre Aníbal da Silva Bastos, de Tondela (que tratava Salazar por tu), a interceder pelo filhos de um amigo em 1956: “ se não puderes colocá-lo no Banco Ultramarino, vê se o colocas em qualquer outro banco ou em qualquer emprego onde ele ganhe a vida”. Ou em 1958 o conde de Castro (João António Gomes de Castro) a pedir um cargo na “administração do futuro Banco do Fomento”. Por falar em condes, eis o conde de Aurora em 1955 a pedir a Salazar para ser nomeado “para a próxima vaga no Supremo Tribunal Administrativo”. Outro conde, o de Penha Garcia, pediu para o filho o cargo de diretor adjunto do Instituto Português das Conservas de peixe. Mais tarde, a mulher (a condessa) pediu para o outro filho o cargo de delegado do Governo na Sociedade Hidroelétrica do Revue (Moçambique).-----

-----Em 1948, foi a condessa do Restelo a pedir que o neto (“filho único da minha filha mais velha que morreu em 1918 na epidemia pneumónica”) passa a ocupar uma vaga que existir no Museu de Arte Popular. (da revista “Sábado”, que teve acesso a cartas escritas por Salazar.-----

-----Pois... Antigamente é que era bom!-----

-----Agora sobre a Legislação Escolar : «São injustificáveis as faltas não abrangidas nos casos indicados e, de maneira geral, as que forem dadas por motivo julgado inaceitável por quem de direito.-----

----- Designadamente, são consideradas faltas injustificáveis:-----

-----a) As dos professores a quem a Junta Médica do Ministério da Educação nacional, a que porventura sejam mandados submeter, não confirme a doença que hajam alegado;-----

-----b) As dadas por motivo de parto das professoras e regentes solteiras;-----

-----c) As dos funcionários detidos às ordens da P.I.D.E. quando conste de modo concreto que a detenção foi motivada por o funcionário exercer actividade contrária à actual situação política ou por fundamentado motivo de segurança do Estado;-----

-----d) As que forem dadas por ausência oficial da residência oficial, sem licença ou ordem superior;(1) -----

----- (1) Os professores devem residir na sede da escola *, mas, não havendo nesta casa de habitação, poderão ser autorizados superiormente a residir noutra local....-----

-----*O professor não o é apenas enquanto dá aulas mas em toda a acção irradiante da sua presença sobre o meio.-----

-----Elementos práticos de Legislação Escolar – Para uso dos Agentes de Ensino e dos Alunas das Escolas do Magistério Primário, Abílio Fernandes (Diretor do Distrito Escolar de Braga), 1961 Livraria Cruz Braga.-----

-----E uma Série de proibições que eram impostas por Decreto:-----



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“Porque sabemos que os jovens se fiam nas conversas de alguns, que garantem que no tempo em que não havia políticos (como dizem) é que era bom, aqui fica:-----
-----Era proibido usar biquíni (Decreto-Lei 31.247 de 5 de Maio de 1941).-----
-----Era proibido uma mulher entrar numa igreja de cabeça descoberta;-----
-----Era proibido uma aluna ir de mini-saia para o Liceu;-----
-----Era proibido ler muitos livros, não só de política, mas também, por exemplo, do José Vilhena;-----
-----Era proibido uma mulher casada viajar para o estrangeiro (na Constituição do Estado Novo estava escrito que havia igualdade de direitos perante a lei, salvo “Quanto às mulheres, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem familiar”).-----
-----Os funcionários públicos não podiam frequentar casinos;-----
-----Era proibido o divórcio civil (de acordo com a Concordata assinada pela ditadura salazarista e a Santa Sé);-----
-----Era proibido usar isqueiro;-----
-----Era proibido dar beijos em público;-----
-----Era proibido, cantar, ouvir e vender certos discos;-----
-----Era proibido casar com uma professora (o casamento tinha que ser autorizado pelo Governo e o noivo tinha que se apresentar dois atestados: um de bom comportamento moral e cívico e outro em que auferia um ordenado superior ao da noiva).-----
-----Era proibido às mulheres serem Magistradas Judiciais ou Diplomatas;-----
-----Era proibido casar às enfermeiras e às hospedeiras de bordo;-----
-----Eram proibidos muitos filmes e peças de teatro;-----
-----Era proibido andar de bicicleta sem licença;-----
-----Era proibido uma mulher andar sozinha à noite;-----
-----Eram proibidos ajuntamentos de mais de três pessoas.”-----
-----Pois...Antigamente é que era bom.-----
-----Tomemos, então, consciência do atualmente se passa em diversos países do Mundo, e pensemos que a liberdade e as conquistas de Abril que hoje temos, se não soubermos preservá-las e defendê-las poderemos um dia, vir a perdê-las.-----
-----Viva o 25 de Abril!-----
-----Viva Portugal!”-----
-----De seguida o Presidente da Câmara agradeceu as intervenções efetuada referentes ao 25 de Abril de 1974, especialmente a da Ângela Margarida Martins, dada a sua juventude, dando-lhe as boas vindas a este Órgão deliberativo.-----



Handwritten signature and initials.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----No que dizia respeito ao programa do transporte flexível solicitou aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia para fazerem a máxima divulgação dos mesmos junto dos seus fregueses especialmente dos mais idosos, e informou que a sinalética informativa do mesmo foi entregue nos serviços na data da realização da presente sessão e será de imediato colocada.-----

-----Relativamente à situação da Termoelétrica na reunião ocorrido com a administração foi informado de que foi realizada uma intervenção nos filtros, estando a fazer a monitorização ao minuto do registo das cinzas, por forma a minorar a situação verificada.-----

-----Quanto à reposição do piso na obra da E-redes na EN nº.228, é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, tendo sofrido um atraso o levantamento da passagem do cabo devido ao corte do trânsito no IP3 . No entanto está prevista a conclusão da reposição durante o mês de Maio.-----

-----Concorda que a existência de passeio naquela via mitigava a situação de segurança dos peões que circulam na mesma, e é sensível a esta situação, no entanto é uma Estrada Nacional, sendo entidade responsável a Infraestruturas.-----

-----Quanto à mobilidade é um dos objetivos fazer um levantamento dos percursos dos trabalhadores que se deslocam para a Zona Industrial, por forma a propor Transdev que implemente os mesmos nos circuitos pública daquela operadora.-----

-----Por fim relativamente à situação das ETARs é o problema mais grave do Concelho. Depois de confrontados com os autos de contra-ordenação, foi fornecida informação pelo responsável daquele setor que das 14 ETARs existentes no Concelho 6 encontram-se licenciadas 7 em licenciamento e 1 não são licenciável.-----

-----Entretanto já foi desenvolvido o procedimento de consulta a quatro empresas para a resolução da situação, sendo certo que os custos financeiros associados serão muito avultados e não existem no momento candidaturas para esse fim.-----

-----As ETARs da Felgueira, de Vila Meã, do Parque Industrial e do Crafuncho que foram objeto de autos de contra-ordenação, três já transitaram em julgado, tendo a Câmara de proceder ao pagamento de vinte e quatro mil euros, de cada uma das três e respetivas custas dos processos.-----

-----Na ETAR de Vila Meã é necessário resolver o problema verificado nas análises uma vez que não cumpriam os respetivos parâmetros.-----

-----Tem também conhecimento de um novo processo de contra-ordenação sobre a ETAR do Parque Industrial pelo facto de não ter cumpridos os condicionalismos impostos de realização de obras/medidas corretivas ao seu funcionamento nos 365 dias após a instauração do



[Handwritten signature]
21/9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

primeiro processo de contra-ordenações, encontrando-se o assessor jurídico a tratar do assunto.-----

-----Relativamente à ETAR a de Mortágua esta com mais três de funcionamento irá necessitar de intervenção corretiva, no máximo as empresas consultadas para elaboração do estudo e apresentação da solução integrada ao nível do Tratamento das Águas Residuais no sentido de resolver os problemas ambientais existentes, ainda se encontram na fase do diagnóstico.

-----O Presidente da Câmara informou também que reuniu com o Assessor do Senhor Primeiro Ministro tendo sido abordados: O ponto situação do processo de reabilitação da Barragem do Lapão, tendo-lhe sido dado conhecimento que a informação anterior mantêm-se, mas que vai fazer chegar o assunto à Senhora Diretora Regional chamando-lhe a atenção para o facto de que estão em causa 5 milhões de euros, em consequência de não existir qualquer desenvolvimento no processo devido ao LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil); O Regadio de Macieira a candidatura encontra-se aprovada e é para avançar a obra após a revisão de projeto: Colocou a questão dos sistemas de tratamento de águas residuais existentes, e eventual financiamento comunitário para a resolução dos problemas ambientais causadas pelo funcionamento dos mesmos no Concelho, em consequência do período de vida útil e dimensionamento daqueles sistemas, alertando que a construção de uma nova ETAR que congregue todos os sistemas de tratamento ronda os 10 milhões de euros, não sendo possível Município a assunção de investimento tão avultado, tendo-lhe sido dito para enviar ao Gabinete do Senhor Primeiro Ministro propostas técnicas atinentes à resolução da situação existente.-----

-----Deu também conhecimento do desenvolvimento do processo de transferência de competências nas áreas da Ação Social, Saúde e da Educação. Referindo que erradamente ao que é entendimento generalizada pelas pessoas os Municípios não vão resolver os problemas existente na Saúde, são somente agentes para pagamento de contas e realização de intervenções corretivas e manutenção dos equipamentos, e salários do pessoal assistente operacional. Esclareceu que ainda não foi assumida a transferência de competência da área da Saúde considerando que o valor contante no auto de receção era manifestamente desatualizado, reportava-se ao montante de despesas de 2018.-----

-----Relativamente ao setor da Ação Social a transferência ocorreu com normalidade, estando a funcionar em pleno, tendo inclusivamente sido iniciado o procedimento de elaboração da Carta Social de Mortágua, no âmbito da CIM Região de Coimbra.-----

-----Informou que em reunião do CLAS (Comissão Local de Ação Social) foram aprovadas as candidaturas de Ampliação do Lar da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, Ampliação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Lar do Centro Balmar e a conversão da Escola Primária de Vila Meã em Centro para a Inclusão da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua.-----

----Deu também conhecimento que a renda da rede de concessão de eletricidade no Município cobre o custo da iluminação pública, aguardando-se a publicação de legislação inerente à renovação dos contratos de concessão .-----

----Quanto aos sistema de tratamento de Saneamento o cenário não era bom, considerando a existência de um défice de 60% em relação às receitas, uma vez que os investimentos são suportados unicamente pelos Municípios dada inexistência de candidaturas de âmbito nacional ou comunitário e uma das diretrizes da ERSAR é de que o défice não pode ser superior a 10%-----

----No que diz respeito aos RSU os custos são muito elevados para os Municípios, tendo a Associação de Municípios do Planalto Beirão proposto uma adenda ao contrato existente, a recolha é feita em 14 viaturas, 5 dias por semana, passando a ser feita em regime duplo noturno e diurno. Verificou-se um aumento de 93% na recolho de RSU no período de 2014 a 2021.-----

----Foi efetuada a atualização da tarifa de abastecimento de água aos Municípes considerando que a mesma já não era feita há 5 anos, representando 9,3% de aumento. Passando a ser atualizada a tarifa até ao final do contrato.-----

-----O contrato de concessão termina em 2027, estando a ser desenvolvido o processo de negociação inerente ao prolongamento do contrato até 50 anos por forma a diluir ao longo do tempo os encargos que não foram pagos.-----

----No entanto irá ser feita uma discussão ampla e aberta esclarecedora a todos os consumidores e os custos que representam as decisões a ser tomadas perante o contrato de concessão do fornecimento do abastecimento domiciliário de água, existente.-----

----Informou ainda que se as atualizações tivessem sido feito no momento devido não pesavam tanto aos Municípes, uma vez que eram devidas à concessionária de acordo com o contrato tinham que ser pagas.-----

----O Membro Tiago Jorge Mira Mendes interveio para questionar se a partir de 2026 a recolha de RSU iriam ser alterada, conforme o estipulado nas diretivas comunitárias.-----

----O Presidente da Câmara informou que a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão tem um plano estratégico até 2030, que vai ser remetido a todos os Municípios.-----

----A AMPB tem andado a investir num modelo muito avançado de tratamento de resíduos, e convidou todos os Membros da Assembleia Municipal a visitar aquelas instalações .-----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Pala interveio para dizer que ainda não tinham



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sido colocados Ecopontos em 5 povoações da sua Junta de Freguesia, e solicitou à Câmara para diligenciasse no sentido da sua instalação.-----

----O Presidente da Câmara esclareceu que existe o compromisso de reforçar os Ecopontos só que estas decisões têm de ser devidamente ponderadas considerando os custos associados.-----

----O Membro Nelson António Rodrigues Filipe sugeriu a realização de ações de sensibilização a começar junto das escolas por forma a que houvesse uma mudança de mentalidade nas questões ambientais, nomeadamente da separação dos resíduos e posterior transformação e reutilização.-----

----De seguida o Membro Luís Miguel de Sousa Dias usou da palavra para congratular a Câmara com a campanha realizada de distribuição de biocompostores domésticos pelas Instituições do concelho e pela comunidade local. Iniciativa que visa, por um lado, incentivar a valorização dos resíduos orgânicos na fonte, através da compostagem doméstica, diminuindo assim a quantidade dos biorresíduos presentes nos resíduos indiferenciados, e por outro, a fertilização natural dos solos através da utilização do composto orgânico produzido. Referindo que se todos fizessem a reciclagem seletiva nos ecopontos e a biocompostagem não sobrava nada para tratamento de RSU, pelo que incentivou os Senhores Presidentes de Junta a desenvolverem junto dos seus fregueses uma ação de sensibilização e informação, dado que se tratam de questões de primordial importância a qualidade de vida do Concelho.-----

----O Membro Isabel de Matos interveio para chamar a atenção de que a Associação de Municípios do Planalto Beirão deveria ser sensibilizada de que os Ecopontos estão completamente obsoletos e não são funcionais, nem motivam a separação de resíduos domésticos.-----

----De seguida passou-se à consecução do Período da Ordem do Dia:-----

----**PONTO UM: Apreciação da informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal:**-----

----O Presidente da Câmara procedeu nos termos do nº.1 do artigo 64º. do Regimento da Assembleia Municipal à apresentação da informação sobre a atividade municipal no período que decorreu desde a última sessão.-----

----Terminada a intervenção, e suscitados os membros a intervir usou da palavra o Membro Tiago Jorge Mira Mendes para tecer algumas considerações positivas sobre as atividades desenvolvidas na área cultural, a ação do ensino articulado a implementar, as Bolsas de Estágios para alunos universitários.-----



Handwritten signature and initials.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----PONTO DOIS: Relatório Anual da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2021 – Para conhecimento:-----

-----O Presidente da Câmara informou que o Relatório de Execução de 2021 do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, visava refletir os resultados das medidas adotadas, tendo sido depois de aprovado remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção e à Inspeção – Geral de Finanças, em cumprimento do ponto 1.1. da Recomendação nº. 1/2009 daquele mesmo Conselho, e à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

-----PONTO TRÊS: Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação de 2021– Para conhecimento:-----

-----Foi presente o Relatório de Avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, elaborado conforme o disposto no artigo 10º. da Lei número 24/98, de vinte e seis de maio, reportados respetivamente ao período de 1 de janeiro a 15 de outubro e ao período de 15 de outubro a 31 de dezembro de 2021, considerando a alteração da composição dos Órgãos das Autarquias Locais em consequência do ato eleitoral ocorrido em 16 de setembro de 2021. e remetido pelo Senhor Presidente da Câmara para conhecimento da Assembleia Municipal, que fica na pasta de documentos da presente sessão e foi enviado a todos os membros.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento do Relatório de Avaliação de 2021 do Estatuto do Direito de Oposição.-----

-----PONTO QUATRO: Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão), relativos ao ano de 2021

-----O Presidente da Câmara passou, de seguida, a explicitar nos termos do artigo 57º. do Regimento que os documentos de prestação de contas de ano de 2021, que fica arquivado na pasta de documentos da mesma, referindo que os mesmos refletem a gestão financeira feita pelo Órgão Executivo, considerando a alteração da composição do mesmo em consequência do ato eleitoral ocorrido em 16 de setembro de 2021.-----

-----Terminada a intervenção, e suscitados os membros a intervir usou da palavra o Membro Marília de Abreu Ferreira Melo de Sousa, para, em representação do Grupo de Cidadãos Renova Mortágua fazer a seguinte declaração de voto:-----

-----“O Grupo Renovar Mortágua, votará favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas, relativos ao ano de 2021. -----

-----Estamos cientes de que com esta aprovação de contas se fecha um ciclo de 8 anos de



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Governação PSD, ciclo este que porventura pode não ter sido aproveitado da melhor maneira em prol de Mortágua e dos Mortaguenses. No entanto, não pode o grupo Renovar Mortágua deixar de aprovar as contas até porque, a intervenção do grupo parlamentar do PS e dos vereadores do PS não podem de forma alguma ser responsabilizada ou penalizada por estas contas, porquanto pouca ou nenhuma responsabilidade lhes pode ser imputada.-----

-----Importa referir o seguinte: apesar de inicialmente se prever encontrar cofres quase vazios ou uma situação financeira frágil, facto é que o anterior executivo deixou ao presente, uma almofada financeira confortável entre os 5.000.000 e meio e 6.000.000 de euros, contabilizando claro, alguns valores dos quais o Município, ainda não foi ressarcido. Entendemos que está virada a página e começa finalmente um novo capítulo em que o Partido Socialista será responsabilizado para o bom e para o mal de tudo o que se vier a fazer daqui para a frente.-----

-----Não ficará assim o grupo Renovar Mortágua desatento àquilo que daqui para a frente este executivo vier a fazer, sendo que e como força da oposição temos obrigação de estar atentos à atividade do executivo. De facto, não somos poder, mas somos oposição e não podemos deixar de respeitar os 1.532 eleitores, que votaram em nós para os representar nesta Assembleia e aqui estaremos para sessão após sessão questionar o trabalho deste executivo.

-----Que fique desde já claro que esta nossa intervenção terá sempre em mente ser uma intervenção construtiva de consensos e entendimentos. Acreditamos que este encerrar de ciclo possa ser também o início de um novo paradigma de governação do nosso Concelho, em que as forças políticas eleitas possam trabalhar e construir um caminho comum, em prol do desenvolvimento coeso e sustentável do nosso Concelho.-----

-----Não se registando qualquer outro pedido de esclarecimento, foram após colocados à votação, aprovados por unanimidade, os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão), relativos ao ano de 2021, bem como a transição dos resultados negativos na conta 56 – “Resultados Transitados”, e tomada de conhecimento das informações relativas às entidades participadas.-----

-----**PONTO CINCO: Apreciação do Inventário de Bens, Direitos e Obrigações:**-----

-----O Presidente da Câmara prestou algumas informações sobre o documento, que fica arquivado na pasta da presente reunião e que se dá por integralmente reproduzido, referindo a valorização dos bens patrimoniais do Município.-----

-----Não se registando qualquer intervenção, considerou-se a Assembleia esclarecida e o documento apreciado sem qualquer objeção.-----



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----PONTO SEIS: Análise, discussão e votação da Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal para o ano de 2022– 2ª. Revisão:-----

-----O Senhor Presidente da Câmara justificou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, pela necessidade reforço de receita e despesa as áreas decorrentes da transferência de competências e dotação de novos projetos.-----

-----Assim, e como não se registou qualquer pedido de esclarecimento foi, após votação, aprovada, por unanimidade, a Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal para o ano de 2022– 2ª. Revisão.-----

-----PONTO SETE.- Análise, discussão e votação da Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 – 2ª. Revisão:-----

-----O Senhor Presidente da Câmara justificou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, com a inscrição de novos projetos nas Opções do Plano enunciando os mesmos.-----

-----Assim, e suscitados pelo Presidente da Assembleia os membros a intervir e não se registando qualquer inscrição, foi o documento colocado à votação e foi aprovada por unanimidade, a Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 – 2ª. Revisão.-----

-----PONTO OITO: Análise, discussão e votação da Proposta da 1ª. Alteração do Mapa de Pessoal de 2022:-----

-----O Presidente da Câmara informou que nos termos do artigo 29.º n.º 4.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, cabe à Assembleia Municipal a aprovação e alteração do mapa de pessoal.-----

-----Tendo em atenção as transferências de competências na área da Educação era necessário prever o recrutamento de assistentes operacionais para a cozinha do refeitório, pelo que foi elaborada a proposta da modificação ao mapa de pessoal do Município de 2022, que dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta da presente sessão

-----Não se registando qualquer pedido de esclarecimentos foi a proposta posta à votação e foi aprovado, por unanimidade, a 1ª. Alteração do Mapa de Pessoal de 2022.-----

-----PONTO NOVE: Apreciação, discussão e votação do Pedido de Autorização do Compromisso Plurianual do Regadio do Bloco de Macieira – Aproveitamento Hidroagrícola de Mortágua:-----

-----O Presidente da Câmara informou que o pedido que se dá aqui por integralmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, e que foi enviado a todos os membros nos termos do Regimento, se deve ao cumprimento da Lei dos compromissos uma vez que o financiamento da candidatura irá desenvolver-se de 2022 a 2024 configurando assim um compromisso plurianual.-----

----Não se tendo verificado qualquer pedido de esclarecimento depois de colocado à votação foi aprovado por unanimidade o pedido de autorização do compromisso plurianual.-----

----**PONTO DEZ: Apreciação, discussão e votação do Pedido de Autorização do Compromisso Plurianual da Empreitada de Requalificação da “CASA LOBO”:**-----

----O Presidente da Câmara informou que o pedido que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, e que foi enviado a todos os membros nos termos do Regimento, se deve ao cumprimento da Lei dos compromissos uma da execução da obra irá desenvolver-se em 2022 e 2023, configurando assim um compromisso plurianual.-----

----Não se tendo verificado qualquer pedido de esclarecimento depois de colocado à votação foi aprovado por unanimidade o pedido de autorização do compromisso plurianual.-----

----**PONTO ONZE: Apreciação, discussão e votação da Proposta de Atribuição da Medalha de Ouro de Mérito Municipal à Casa do Benfica:**-----

----O Senhor Presidente da Câmara justificou a apresentação da proposta, que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada no processo da presente sessão. -----

----Como não se registou qualquer outro pedido de intervenção, foi o assunto colocado à votação e aprovado por unanimidade:-----

----**PONTO DOZE: Apreciação, discussão e votação da Proposta de Atribuição da Medalha de Ouro de Mérito Municipal ao Senhor Gualter Ângelo Mendes:**-----

----O Senhor Presidente da Câmara justificou a apresentação da proposta, que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada no processo da presente sessão, referindo do empreendedorismo, à cultura e cidadania Gualter Ângelo Mendes desenvolveu um trabalho notável e de benemérito ao longo da sua vida, com um realce especial para as áreas da cultura e da cidadania, evidenciando a sua profunda ligação e dedicação a Mortágua, pelo que era de manifesta justiça a atribuição da medalha proposta.-----

----O Vereador Nuno André Rodrigues Faustino interveio para dizer que as medalhas devem ser dadas em vida e que esta peca por ser tardia.-----

----Assim, e como não houve qualquer pedido de intervenção passou-se de imediato à votação por escrutínio secreto e foi aprovada, por unanimidade, a Atribuição da Medalha de Ouro de Mérito Municipal ao Senhor Gualter Ângelo Mendes.-----



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Membro Carlos Eduardo Araújo Diogo, não participou da votação por se ter ausentado momentaneamente da sala.-----

-----**PONTO TREZE: Designação pela Assembleia Municipal de 2 cidadãos eleitores para integrar a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mortágua (al. I) do artº. 17º. da Lei 147/99, de 01/09):**-----

-----O Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mortágua tinha enviado o ofício, que fica arquivado na pasta da presente sessão, a solicitar a designação de 2 cidadãos eleitores para integrar a composição daquela Comissão.-----

-----Após ter sido entregue na mesa da Assembleia uma proposta conjunta do Partido Socialista e do Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua, propondo a designação dos cidadãos Arménio Caetano Ferreira e Rita Isabel Ferreira Afonso.-----

-----Como não se registou qualquer pedido de intervenção, por escrutínio secreto, foi aprovado, por unanimidade, a designação dos cidadãos Arménio Caetano Ferreira e Rita Isabel Ferreira Afonso para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mortágua.-----

-----**PONTO CATORZE: Apreciação, discussão e votação da Proposta de recomendação à Câmara Municipal para adesão do município à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais:**-----

-----O Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----**“Recomendação à Câmara Municipal para adesão do município à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais:**-----

-----Considerandos:-----

-----A Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) é uma pessoa coletiva de direito privado constituída nos termos do artigo 2º. Da Lei nº.54/98, de 18/08, que, nos termos do artigo 2º. nº.1 dos seus Estatutos, tem como objeto “valorizar o papel das Assembleias Municipais na organização democrática dos Municípios.-----

-----Nos termos do artigo 3º. Dos Estatutos são associado da ANAM os Municípios, representados pelo Presidente da Assembleia Municipal, cujas Assembleias Municipais hajam deliberado a sua adesão à Associação.-----

-----Uma vez que o que se pretende é a representação institucional do Município, a deliberação de adesão deve ter a pronúncia dos dois órgãos que compõem a pessoa coletiva Município, ou seja, o órgão deliberativo e o órgão executivo.-----

-----A ANAM é constituída neste momento por maioria de Municípios a nível nacional, atingindo o número de 184 associados distribuídos pelo Continente e Regiões Autónomas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

considerando-se oportuna e adequada a adesão do Município de Mortágua reforçando este movimento, sem pretender substituir, mas ao contrário complementar, o papel da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), enquanto associação de direito público constituída nos termos do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013, de 12/09.-----

----Assim, proponho que a Assembleia Municipal de Mortágua recomende à Câmara Municipal de Mortágua que delibere:-----

----1.-A participação do Município de Mortágua na Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), e que posteriormente, a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que delibere a adesão à ANAM, designando para representante do Município o Presidente da Assembleia Municipal.-----

----2.-Aceitação dos Estatutos da ANAM, em anexo, que fazem parte desta proposta.-----

----3.-A participação do município na ANAM, com uma quota anual de € 1.000,00. -----

----Junta: estatutos da ANAM aprovados em 25/03/2017 e valor de quotas aprovadas em 2020”. -----

----Não se registando qualquer pedido de intervenção, após ter sido colocado o documento posto à votação e foi aprovada por unanimidade a Proposta de Recomendação à Câmara Municipal para adesão do município à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais.-----

---- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção destinado ao público presente, registando-se a inscrição efetuada pelo cidadão Engº. José Júlio Henriques Norte, anterior Presidente da Câmara.-----

----Assim, após anuência do Presidente da Assembleia, depois de saudar os presentes o cidadão Engº. José Júlio Henriques Norte, fez uma intervenção sobre as ações e investimentos feitos pela Câmara nos 2 mandatos anteriores, nos quais desempenhou as funções de Presidente, nas diversas áreas de actividade municipal, bem como das candidaturas efetuadas para financiamento de diversos projetos e obras. -----

----Finalmente, foi lida a ata em minuta que, após votação, foi aprovada por unanimidade.---

----E, nada mais havendo a tratar, pelas dezoito horas e trinta minutos, deu-se por encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários.-----